

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 197/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2021
JUSTIFICATIVA E TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e anexo I - termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando-se que este CONIMS havia lançado processo licitatório (Pregão Eletrônico nº 036/2021) em outubro de 2021, para contratação do objeto, o qual fora suspenso, devido a medida cautelar imposta pelo TCE/PR, através do Despacho nº 1575/21-GCIZL, datado de 11 de novembro de 2021, processo nº 679479/21;

2.2. Considerando-se ofício nº 3107/21-OCN-DP recebido do TCE/PR, com data de 12 de novembro de 2021, o qual concedeu prazo de 15 dias para apresentação de contraditório deste CONIMS, contado da juntada do aviso de recebimento aos autos digitais;

2.3. Considerando-se que este CONIMS, apresentou ao TCE/PR seu contraditório tempestivamente, conforme recibo de petição intermediária nº 698899/21, e que, porém, de acordo com o Acórdão nº 3215/21, datado de 24 de novembro de 2021, no qual os membros do tribunal pleno se manifestaram somente a respeito da manutenção da medida cautelar imposta através do Despacho nº 1575/21-GCIZL, sem outras orientações; e ainda: que o Tribunal de Contas ainda não decidiu de forma definitiva sobre a questão, impondo ao CONIMS a ordem de suspensão e que, conforme publicação noticiada em site próprio, estará em recesso de final de ano dos dias 20 de dezembro de 2021 à 7 de janeiro de 2022 e que as sessões de julgamento somente se iniciarão em 24 de janeiro de 2022;

2.4. Considerando-se que o serviço de vigilância é de suma importância para a conservação e a manutenção do patrimônio deste CONIMS;

2.5. Considerando-se o descumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo atual prestador – MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA, conforme processo administrativo nº 023/2021, encerrado em 19/11/2021, que decidiu pela sanção de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com este CONIMS, pelo prazo de 6 meses, a contar da data da publicação (11/11/2021).

2.6. Considerando que na data de 21/12/2021 o Setor de Contratos foi informado pelos vigilantes lotados nesse sede que a Empresa MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ainda não realizou o depósito do 13º salário de seus funcionários que laboram nas unidades e sede do Consórcio, o que foi objeto de nova Notificação nº 617/2021, datada de 22/12/2021, para a qual até este momento não houve manifestação nem correção do problema, fica evidente que a manutenção do contrato poderá causar graves prejuízos não só aos empregados da atual empresa contratada, como também a este CONIMS, razão

pela qual o CONIMS fica compelido a tomar medidas URGENTES, especialmente a fim de garantir direitos trabalhistas e verbas alimentares dos funcionários da MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA bem como evitar a evasão desses empregados dos seus respectivos postos de trabalho, promovendo a contratação emergencial de Prestador diverso.

3. QUANTITATIVOS E VALORES

ITEM	DESCRIPTIVO	QUANTIDADE (DIAS)	QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS	VALOR TOTAL MÁXIMO MENSAL	VALOR TOTAL MÁXIMO (ANUAL)
1	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.	180	8		

4. DAS PROPOSTAS

4.1. A proponente deverá fazer sua proposta ciente e levar em consideração, além das especificações e condições estabelecidas neste termo de referência, o atendimento dos seguintes requisitos:

4.1.1. A Convenção, Acordo ou do Dissídio Coletivo de Trabalho que deverá servir de base para a elaboração da proposta, deverá ser a: CCT Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC, com abrangência territorial PR.

4.1.2. Elaborar proposta, apresentando planilhas com detalhamento dos custos envolvidos, podendo usar como modelo o anexo II ou planilha própria.

4.1.3. A composição de preços deve obedecer a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria de Vigilante, bem como as disposições contidas na CLT;

4.1.4. Nos preços propostos já deverão estar inclusos todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente licitação, tais como referentes à categoria profissional a serem contratadas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, bem como a discriminação dos índices que compõem os encargos sociais.

4.1.5. A licitante deverá arcar com qualquer ônus decorrente de eventuais equívocos quanto ao dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei n.º

8.666/1993.

4.1.6. Caso eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitante com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

4.2. IMPORTANTE: as proponentes interessadas deverão considerar que esta Dispensa de Licitação é de caráter excepcional e seu Contrato terá a vigência máxima de 180 (cento e oitenta) dias, ou até que o Contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 036/2021 seja firmado, o que ocorrer antes, podendo ser rescindido o contrato a qualquer tempo.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. A proponente que ofertar o menor preço, deverá estar em situação regular e para comprovação deverão ser apresentados os seguintes documentos:

5.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

5.2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

5.3.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE PEDIDO DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste Pregão, se outro prazo não constar no documento ou CERTIDÃO POSITIVA DE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, condicionada à apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente, que declare que a empresa se encontra apta econômica e financeiramente para participar de certame licitatório.

5.3.2. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) vigentes, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório.

5.3.2.1. As empresas licitantes com menos de 01 (um) exercício financeiro de atividade, devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

5.3.2.2. Para fins de comprovação de enquadramento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será considerado o Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

5.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.4.1. Prova de inscrição no Cadastro De Pessoa Jurídica – CNPJ.

5.4.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de CERTIDÃO CONJUNTA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

5.4.3. Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, relativo aos tributos relacionados com o objeto licitado.

5.4.4. Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

5.4.5. Certificado de Regularidade de Situação com o FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS).

5.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT.

5.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.5.1. Atestado de Capacidade Técnica, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da presente licitação, emitido, no mínimo, por 01 (um) órgão público ou privado.

5.5.1.1. Os atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante gerencia ou gerenciou prestação de serviços de vigilância no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente/cartão CNPJ e condizentes com o objeto desta dispensa.

5.5.1.2. Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter a especificação dos serviços executados, o nome e cargo do declarante.

5.5.2. Autorização de Funcionamento para o Exercício de Atividade de Segurança Privada emitida pela Polícia Federal.

5.6. VERIFICAÇÃO SICAF, TCE/PR E TCU.

5.6.1. Será verificado se o licitante possui alguma restrição de licitar ou contratar com a administração pública, no SICAF, no TCU (Tribunal de Contas da união), e/ou no TCE-PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná) e/ou do Tribunal de Contas com jurisdição em sua sede.

5.6.2. Caso o licitante possua registro de inidoneidade, em qualquer ente da administração pública (federal, estadual ou municipal), o mesmo será excluído da dispensa.

5.6.3. Registros de suspensão, em qualquer órgão que não o CONIMS, não impedem a participação na dispensa.

6. DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.

6.1. A proponente que ofertar o menor preço e atender as condições firmadas neste termo de referência, será declarada vencedora.

6.2. Após homologação e adjudicação da dispensa a contratação dar-se-á mediante termo de contrato a ser firmado entre o CONIMS e a proponente vencedora.

6.3. O contrato de prestação de serviços será enviado ao vencedor por e-mail, devendo

retornar assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

6.4. A homologação do resultado desta dispensa não obriga esta Administração à contratação do objeto licitado.

7. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços serão prestados nos seguintes locais:

7.1.1. Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, situado à Rua Afonso Pena, 1.902, Bairro Anchieta, no município de Pato Branco/PR.

7.1.2. Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD III situado na Rua Major Estevão Ribeiro Do Nascimento, nº 178 - Centro – Coronel Vivida/PR – CEP: 85.550-000.

7.1.3. Poderá o CONIMS, se julgar necessário, durante a vigência contratual, realocar os funcionários dispostos pela contratada, do CAPS AD III para o CONIMS e vice-versa, ou contratar em número maior ou menor tanto para o CAPS AD III como para o CONIMS. (Ex.: Não precisa mais para o CAPS pode contratar para o CONIMS).

7.1.4. O item 1 engloba os 2 locais de serviços onde serão alocados os funcionários dispostos pela contratada, visto que os serviços em referência são de igual natureza, e ainda, a contratação de apenas uma empresa facilitará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços contratados.

8. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS E NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar 08 (oito) funcionários, devidamente treinados, que prestarão os serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

5.2. Os profissionais deverão acatar as orientações do coordenador da unidade quanto ao cumprimento das normas internas regimentais, disciplinares e de segurança e medicina do trabalho sem, contudo, caracterizar ou manter vínculo com a Contratante.

6. DA JORNADA DE TRABALHO

6.1. Os serviços serão executados obedecendo parâmetros e rotinas estabelecidos pelo CONIMS e pelo CAPS AD III Coronel Vivida/PR, Segunda a Domingo, jornada de 12 x 36 horas, em horário a ser definido pela administração, de acordo com a necessidade.

6.2. O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, cabendo exclusivamente a esta, a substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, incluindo licenças e férias, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, e garantindo que os funcionários respeitem os horários de trabalho determinados pelo CONIMS, com fornecimento de relatório mensal sobre qualquer ocorrência, bem como assiduidade e pontualidade dos seus empregados.

6.3. O controle de frequência, embora sob a responsabilidade da empresa contratada,

poderá ser solicitado pelo CONIMS/CASP AD III a qualquer tempo.

6.4. O controle da jornada de trabalho nas dependências da CONTRATANTE poderá ser efetuado por meio de sistema alternativo de controle de jornada de trabalho.

7. DOS UNIFORMES, CRACHÁS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS

7.1. A Contratada deverá, às suas expensas, fornecer uniforme operacional completo, crachás e EPIs a todos os profissionais, sem custos aos mesmos;

7.1.1. Os uniformes deverão ser fornecidos anualmente e compostos por no mínimo:

- a) 2 (duas) Calças compridas;
- b) 2 (duas) Camisas, manga curta, com emblema da empresa;
- c) 1 (uma) Camisa, manga longa, com emblema da empresa;
- d) 1 (um) par de calçado fechado (tipo coturno);
- e) 1 (Uma) Jaqueta com emblema da empresa;
- f) 1 (Um) Boné, com emblema da empresa;

7.1.2. EPI's necessários e específicos para realizar o serviço, sendo no mínimo:

- a) Kit Tonfa (Cinto, porta Tonfa em Nylon e Tonfa).
- b) Lanterna (Recarregável a bateria)

7.1.3. As plaquetas de identificação (Crachás) devem constar no mínimo as seguintes informações, nome e foto do profissional que executará o serviço e emblema da empresa.

7.1.4. Deverão ainda, fornecer Livro de Ocorrências para os registros pertinentes.

7.1.5. Todos os itens devem ser de boa qualidade e novos e respeitar a legislação vigente.

7.1.6. Todos os itens deverão ter a prévia aprovação da contratante, que poderá solicitar substituição destes, caso os julgue inadequados;

7.1.7. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao modelo, cor ou tecido, desde que previamente aceitas pela Administração;

7.1.8. A Contratada deverá disponibilizar e exigir dos seus funcionários durante o expediente que usem os uniformes, crachás e os EPIs. Caso os funcionários, por qualquer motivo, deixem de fazer uso dos mesmos a contratada será notificada podendo sofrer as penalidades conforme item 19 deste termo de referência.

7.1.9. A empresa contratada deverá fornecer os uniformes, EPIs e crachás no prazo de até 15 (quinze) dias após a data de início das atividades de seus contratados.

8. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. Os documentos deverão ser encaminhados para o CONIMS, de forma digitalizada através dos e-mails: fiscalcontratos@conims.com.br e/ou licitacao@conims.com.br.

8.2. Quando do início da prestação dos serviços, deverão ser enviados cópia dos seguintes documentos referentes aos profissionais disponibilizados para a execução dos serviços:

8.2.1. Ficha de Registro de Empregado;

8.2.2. Carteira de Trabalho;

8.2.3. Documentos Pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor e Alistamento Militar para aqueles do sexo masculino;

8.2.4. Atestado de Antecedentes Criminais com data não inferior a 6 meses;

8.2.5. Atestado de Saúde Admissional;

8.2.6. Carteira de vacinação atualizada;

8.2.7. Carteira Nacional Vigilante, dentro da data de validade;

8.3. Sempre que houver demissão, admissão, substituição de novos empregados para prestação dos serviços, encaminhar à Contratante cópia dos documentos relacionados no item 8.2 e subitens;

8.4. A contratada deverá encaminhar mensalmente os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas com os empregados terceirizados disponibilizados, sendo:

8.4.1. Pagamento da remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, incluindo férias, 13º salário, bem como vale transporte e vale refeições (quando previstos na convenção coletiva), e comprovante de pagamento de todos os encargos trabalhistas, dos recibos de pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias;

8.4.2. Pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), acompanhada das respectivas guias de recolhimento, correspondentes a remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

8.4.3. Documentos da GFIP/SEFIP para o FGTS e Previdência Social, a saber: Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP – RE, Resumo do Fechamento – Empresa/FGTS, Relação Tomador/Obra – RET – resumo, comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS – Empresa e Protocolo de envio de arquivos – emitido pela Conectividade Social;

8.4.4. Regularidade fiscal, através da apresentação de: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Estadual e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;

8.4.5. Cumprimento das demais obrigações trabalhistas.

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1. Executar diretamente o contrato na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, os serviços contratados, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada;

9.2. Recrutar, selecionar e encaminhar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contadas da celebração do contrato, o quantitativo de profissionais previsto para à

realização dos serviços, de acordo com as qualificações mínimas exigidas conforme legislação.

9.3. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

9.4. Responsabilizar-se pela realização dos exames admissionais e periódicos anuais dos empregados;

9.5. Realizar, às suas expensas, todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

9.6. Disponibilizar profissionais qualificados para a execução dos serviços contratados.

9.7. Manter seus empregados sempre atualizados, por meio da promoção de treinamentos e reciclagens, cursos de relações interpessoais e segurança no trabalho e participação em eventos de caráter técnico, de acordo com a necessidade dos serviços e sempre que a Contratante entender conveniente;

9.8. Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

9.9. Manter atualizado o endereço da sede da empresa ou escritório comercial, telefones e endereço eletrônico;

9.10. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas assim como todas as condições de habilitação e qualificação, inclusive: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, adimplente com encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas do objeto contratado demonstrando situação regular no cumprimento.

9.11. Aceitar, no prazo de vigência, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;

9.12. Manter disponibilidade de mão de obra que atenda a eventuais acréscimos solicitados pela Contratante, bem como prever reposição da mesma de forma imediata, se for o caso, de modo a garantir a operação ininterrupta do serviço, seja por motivo de substituição de efetivo considerado inadequado pela contratante, por eventual ausência/falta ao serviço, férias, descanso semanal, licença, demissão, ou outras eventualidades, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

9.13. Efetuar o pagamento de salários aos profissionais até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

9.14. Fornecer aos seus empregados, até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, vale transporte e alimentação/refeição, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que seja necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;

9.15. Fica reservado à Contratante o direito de autorizar ou não eventuais substituições, devendo estas ocorrer mediante prévia comunicação formal à Contratante, de acordo com

os interesses do serviço, informando os motivos e a duração das mesmas, apresentando as documentações comprobatórias e posteriormente, comprovante (contracheque), referente ao período de substituição.

9.16. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nas instalações do CONIMS.

9.17. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver causa.

9.18. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.

9.19. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

9.20. Cumprir as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

9.21. Cumprir as obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

9.22. Fornecer crachás de identificação, uniformes, EPI's e demais materiais complementares necessários para execução dos serviços, sem qualquer custo adicional a Contratante.

9.23. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e sociais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

9.24. Conceder aos seus empregados, no mínimo, os benefícios previstos na legislação trabalhista, como também, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo;

9.25. Para os fins do disposto no contrato, a execução completa do contrato somente se caracterizará quando a Contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada;

9.26. Ressalte-se que é vedada à Contratada a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos profissionais ao recebimento mensal do valor ao contrato celebrado com a Contratante, sob pena de aplicação das penalidades previstas em contrato.

9.27. A Contratada deverá informar endereços residenciais, telefones e horários, e todos os dados para identificação e localização do vigilante indicado a executar o objeto do certame no CONIMS, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer, com antecedência mediante carta de apresentação;

9.28. A programação do serviço será feita periodicamente pela Contratante e deverá ser cumprido pela Contratada de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos serviços e das pessoas em geral.

9.29. Fica autorizada a troca de horários do regime de execução previstos no edital, quando se fizer necessário, mediante acordo entre as partes, desde que solicitado

formalmente com antecedência;

9.30. Havendo necessidade de substituição (es) do (s) profissional (s) indicado (s) pela Contratada, esta deverá comprovar que o (s) empregado (s) cumpra todos os requisitos habilitatórios exigidos na licitação, desde que solicitado previamente e com prévia autorização;

9.31. Fazer com que os empregados se responsabilizem pela guarda, manutenção e conservação dos utensílios, equipamentos, insumos e patrimônio colocados sob sua responsabilidade, providenciando sempre a manutenção preventiva e consertos necessários;

9.32. Orientar e cobrar dos funcionários para que mantenham disciplina nos locais de serviços, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser notificada, qualquer empregado considerado inconveniente pela CONTRATANTE, como em casos que os mesmos:

- a) Não mantenham sigilo de informações relacionadas a sua área e atividades;
- b) Não mantenham a cordialidade com os pacientes, funcionários, usuários e visitantes do CONIMS;
- c) Não cumpram as normas internas do CONIMS;
- d) Não cumpram rigorosamente as orientações pertinentes ao funcionamento da unidade recebidas pelo respectivo coordenador, responsável pela supervisão dos mesmos.
- e) E qualquer outra inexecução contratual;

9.33. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade;

9.34. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, insalubridade, vales transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo ou por Convenção;

9.35. Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto, ao Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;

9.36. Não sendo possível a substituição do bem desaparecido, danificado ou extraviado, a Contratante poderá autorizar o ressarcimento em espécie, promovendo previamente, nesta hipótese, a apuração do valor de mercado, atualizado, do bem, para efeito de recolhimento da importância respectiva.

9.37. Orientar seus empregados sobre a proibição de abordar empregados e/ou agentes políticos do CONIMS para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato;

9.38. Orientar seus empregados sobre o dever de zelar pela preservação do patrimônio da

CONTRATANTE sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;

9.39. Orientar seus empregados a promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Consórcio, providenciando para que sejam encaminhados ao seu superior.

9.40. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

9.41. Em havendo cisão, incorporação ou fusão da empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por esta administração contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado;

9.42. Comunicar ao (CONIMS) as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

9.43. COMPETE A CONTRATADA POR SEUS AGENTES:

a) Comunicar imediatamente a Contratante, qualquer anomalia verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias;

b) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando medidas de segurança;

c) Observar as dependências do estabelecimento,

d) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

e) Controlar com rigor diariamente, inclusive nos feriados e finais de semana, a entrada e saída de veículos e de pessoas às dependências do CONIMS, anotando em documento próprio de acordo com a finalidade: o horário, o nome, identidade ou matrícula, placa do carro, local de destino e tarefa a executar.

f) Os vigilantes deverão orientar o público visitante sobre a localização dos setores.

g) Ao término do seu expediente, os vigilantes deverão efetuar inspeção de toda a sua área de atuação, anotando em livro próprio as observações de qualquer irregularidade verificada durante seu expediente de trabalho.

h) Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, com aparência pessoal adequada e identificado, portando crachá com fotografia recente.

i) Efetuar vistoria em todo o ambiente dos postos, adotando medidas de prevenção, controle e combate de delitos, zelando pela segurança das pessoas e do patrimônio, cumprindo a legislação e demais regulamentos;

j) Quando da troca de turno, acompanhar seu substituto na vistoria do posto de trabalho, comunicando-lhe todas as ocorrências e orientações recebidas, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível, bem como, entregando-lhe todo o material

e as chaves, sob sua guarda.

- k) Cada vigilante deverá ter telefone celular para ligações emergenciais e possíveis contatos com seus supervisores ou responsáveis pela segurança da Contratante.
- l) Comunicar a Contratante, todo acontecimento entendido como irregular e que possa representar risco ao seu patrimônio;
- m) Controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas estranhas não autorizadas às instalações da Contratante;
- n) Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto às instalações da Contratante ou imediações que impliquem ou ofereçam risco à segurança;
- o) Realizar rondas, adotando as providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- p) Manter-se no posto, não devendo afastar-se de seus afazeres, principalmente atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

10. VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 dias, contados a partir da data de assinatura, **ou até que o Contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 036/2021 seja firmado, o que ocorrer antes, podendo ser rescindido o contrato a qualquer tempo**, conforme regularização da situação que deu origem a este processo.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (CONIMS)

- 11.1.** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas, exceto se houver atraso motivado pela CONTRATADA;
- 11.2.** Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento, pela CONTRATADA do objeto;
- 11.3.** Comunicar a CONTRATADA, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas;
- 11.4.** A CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário;
- 11.5.** Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessária a regularização das faltas ou defeitos observados;
- 11.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos a CONTRATADA necessário ao cumprimento dos serviços.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão por conta da dotação orçamentária nº 01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076 e 03.001.10.302.0002.2.003.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076.

13. EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

13.1. A Contratada deverá emitir Nota Fiscal de Serviços, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.

13.2. A Nota Fiscal de Serviços deverá ser emitida detalhando a competência e os itens conforme contrato.

13.3. No caso de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deve-se cadastrar o e-mail: contabilidade@conims.com.br para envio automático no ato de sua emissão.

13.4. As retenções efetuadas na Nota Fiscal são de responsabilidade da emitente, cabendo ao CONIMS apenas a conferência.

13.5. Em caso de erros na emissão da Nota Fiscal de Serviços a mesma deverá ser substituída ou anulada, conforme o caso, em no máximo 24 horas de sua emissão.

14. VENCIMENTO E PAGAMENTO

14.1. O vencimento se dará até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior relativos a competência dos serviços prestados.

14.2. O pagamento ocorrerá até seu vencimento, em moeda corrente nacional, na conta corrente PESSOA JURÍDICA NO MESMO CNPJ CONTRATADO. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado através de Ofício ao Setor de Tesouraria deste CONIMS.

14.3. O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

14.4. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos serviços contratados e recebidos pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços deste CONIMS.

14.5. Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

14.6. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

14.7. A contratada deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, o contrato será interrompido, ressalvado o direito dos serviços já prestados.

15. DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS

15.1. Não será admitida revisão anual do contrato.

15.2. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

16. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. O valor pactuado poderá ser revisto por acordo entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando risco econômico extraordinário e extracontratual.

16.2. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

17. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

17.1. A contratada deverá submeter-se ao acompanhamento e a fiscalização promovidos através do representante da contratante (fiscal de contratos), quando da execução do contrato, tendo por este anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

17.2. A fiscalização poderá se dar a qualquer momento inclusive sem a necessidade de aviso prévio a contratada.

17.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONIMS, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, que não implicarão corresponsabilidade do CONIMS ou do servidor designado para a fiscalização.

17.4. Ocorrendo a não aceitação dos serviços executados, por qualquer motivo, o Gestor do Contrato notificará a CONTRATADA para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do

recebimento da notificação, proceder à regularização.

17.5. Ao CONIMS não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços executados considerados inadequados.

17.6. As comunicações entre CONIMS e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

18. PENALIDADES

18.1. Ao prestador que, sem justa causa, não cumprir com suas obrigações contratuais ou qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

18.1.1. Advertência.

18.1.2. Multa de mora ou punitiva, cumulativas ou não, sem prejuízo da apuração de perdas, danos sofridos e/ou suportados pelo CONIMS:

18.1.2.1. Nos casos em que houver atraso injustificado na execução do serviço licitado, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, sobre o valor do item constante da nota em atraso, respeitado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) diários, na forma do artigo 86 da Lei 8.666/1993.

18.1.2.2. Nos casos em que o atraso na entrega do serviço licitado for superior a 15 (quinze) dias, o CONIMS poderá rescindir o contrato do fornecedor vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, respeitado o mínimo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

18.1.2.3. Multa de 0,2% (zero virgula dois por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de inexecução parcial ou total, desde que a multa não fique em valor inferior a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), quando será penalizado com este valor.

18.1.2.4. Multa punitiva de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação total no caso de recusa em celebrar /assinar o instrumento de contratação, em valor não inferior a R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais) e não superior a R\$ 3.000 (três mil reais).

18.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONIMS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em decisão fundamentada da autoridade competente.

18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CONIMS, que será concedida sempre que o fornecedor registrado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

19. RESCISÃO

19.1. O CONIMS poderá considerar rescindido o contrato, de pleno direito, mediante

notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado:

19.1.1. Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Edital de Pregão, ou infringir qualquer disposição do Contrato, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/1993, e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à contratado direito a qualquer indenização.

19.1.2. Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do serviço.

19.1.3. Verificada qualquer infração do contrato por parte da contratada.

19.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

19.1.5. Caracterizada a hipótese de inexecução total ou parcial das condições de serviço ora estabelecida.

19.1.6. Quando houver a existência de 03 (três) reclamações por escrito, garantido o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

19.1.7. Não estar com a Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, com situação regular no cumprimento.

19.1.8. Proceder a eventual cobrança de qualquer valor excedente.

19.2. A rescisão contratual pode ser:

19.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/1993.

19.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

19.2.3. Nos casos de rescisão contratual ou término do contrato o pagamento será realizado após o fechamento da última competência em até sessenta dias.

Pato Branco/PR, 28 de dezembro de 2021.

MARCOS JOSE BRANDOLI DE LIMA
COORDENADOR DO LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CONTATO (NOME):

TELEFONE/WHATS:

E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS (BANCO, AGÊNCIA COM CEP E CONTA CORRENTE):

ITEM	DESCRIPTIVO	QUANTIDADE (MESES)	QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS	VALOR TOTAL MÁXIMO MENSAL	VALOR TOTAL MÁXIMO (ANUAL)
00 1	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.	12	8		

VALOR TOTAL PROPOSTO R\$ _____.

Pato Branco/PR, ____ de _____ 20____.

(Nome e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO II
MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS
E FORMAÇÃO DE PREÇO

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº DO PROCESSO:		
PREGÃO ELETRÔNICO Nº:		
DATA DA PROPOSTA:		
ACORDO, CONVENÇÃO NORMATIVA/DISSÍDIO:		
Nº DE MESES PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL:		
CARGO:		
QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS:		
POSTO DE TRABALHO:		
CARGA HORÁRIA SEMANAL:		
DESCRIÇÃO DO ITEM	PERCENTUAIS	VALOR
MONTANTE A - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E ADICIONAIS	%	R\$
01. SALÁRIO BASE		
02. ADICIONAL		
03. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS		
TOTAL DO MONTANTE A		
13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO	%	R\$
13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO		
1/3 DE FÉRIAS CONSTITUCIONAL	%	R\$
1/3 DE FÉRIAS		
MONTANTE B - ENCARGOS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO E ADICIONAIS	%	R\$
01. INSS		
02. FGTS		
03. Sesi ou Sesc		
04. Senai ou Senac		
05. INCRA		
06. SALÁRIO EDUCAÇÃO		

07. SEBRAE		
TOTAL DO MONTANTE B		
MONTANTE C - BENEFÍCIOS	%	R\$
01. AUXÍLIO/VALE ALIMENTAÇÃO		
02. VALE TRANSPORTE		
03. SEGURO DE VIDA		
04. ASSISTÊNCIA MÉDICA E FAMILIAR		
05. ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA		
TOTAL DO MONTANTE C		
Obs.: deverá ser informado o custo real de cada benefício, descontado o valor eventualmente pago pelo empregado.		
MONTANTE D - INSUMOS	%	R\$
01. EQUIPAMENTOS (EPI's)		
02. UNIFORMES		
03. OUTROS		
TOTAL DO MONTANTE D		
CUSTOS COM REPOSIÇÕES	%	R\$
1. FÉRIAS		
2. SUBSTITUTO - Licença Maternidade		
2. LICENÇA PATERNIDADE		
3. AUSÊNCIAS LEGAIS (Doença, acidente de trabalho, luto, casamento)		
4. OUTROS (ESPECIFICAR)		
TOTAL		
PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	R\$
1. AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
2. FGTS SOBRE AVISO PREVIO INDENIZADO		
3. MULTA DO FGTS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE AVISO PREVIO INDENIZADO		
4. AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
5. INCIDÊNCIA DO MONTANTE SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
6. MULTA FGTS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
TOTAL		
MONTANTE E - CUSTOS DIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO SOBRE RECEITA DO VALOR COBRADO	%	R\$
1. CUSTOS INDIRETOS		
2. LUCRO		
3. TRIBUTOS		
3.1. TRIBUTOS FEDERAIS (ESPECIFICAR)		

3.1.1. PIS		
3.1.2. COFINS		
3.2. TRIBUTOS ESTADUAIS (ESPECIFICAR)		
3.3. TRIBUTOS MUNICIPAIS (ESPECIFICAR)		
3.3.1. ISSQN		
3.4. OUTROS TRIBUTOS (ESPECIFICAR)		
TOTAL		
RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO	%	R\$
MONTANTE A - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E ADICIONAIS		
MONTANTE B - ENCARGOS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		
MONTANTE C - BENEFÍCIOS		
MONTANTE D - INSUMOS		
TOTAL		
MONTANTE E - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, estabelecida à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR; inscrita no CNPJ nº 00.136.858/0001-88, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Paulo Horn.

CONTRATADA: *(dados da proponente)*

Pelo presente instrumento, oriundo do Processo nº 197/2021, Dispensa de Licitação nº 038/2021, homologado em .../.../2021, mediante sujeição mútua às normas constantes e da Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014, Lei Complementar n.º 155/2016, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações e demais legislações pertinentes e, ainda pelas condições e exigências constantes do termo de referência, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, neste ato representado por seus representantes legais, ao final subscritos, tem entre si, justo e avençado, Contrato de Prestação de Serviços mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes no edital e anexo I - termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços serão prestados nos seguintes locais:

2.1.1. Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, situado à Rua Afonso Pena, 1.902, Bairro Anchieta, no município de Pato Branco/PR.

2.1.2. Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD III situado na Rua Major Estevão Ribeiro Do Nascimento, nº 178 - Centro – Coronel Vivida/PR – CEP: 85.550-000.

2.1.3. Poderá o CONIMS, se julgar necessário, durante a vigência contratual, realocar os funcionários dispostos pela contratada, do CAPS AD III para o CONIMS e vice-versa, ou contratar em número maior ou menor tanto para o CAPS AD III como para o CONIMS. (Ex.: Não precisa mais para o CAPS pode contratar para o CONIMS).

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS E NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

3.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar de 08 (oito) funcionários, devidamente treinados, que prestarão os serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

3.2. Os profissionais deverão acatar as orientações do coordenador da unidade quanto ao

cumprimento das normas internas regimentais, disciplinares e de segurança e medicina do trabalho sem, contudo, caracterizar ou manter vínculo com a Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DA JORNADA DE TRABALHO

4.1. Os serviços serão executados obedecendo parâmetros e rotinas estabelecidos pelo CONIMS e pelo CAPS AD III Coronel Vivida/PR, Segunda a Domingo, jornada de 12 x 36 horas, em horário a ser definido pela administração, de acordo com a necessidade.

4.2. O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, cabendo exclusivamente a esta, a substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, incluindo licenças e férias, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, e garantindo que os funcionários respeitem os horários de trabalho determinados pelo CONIMS, com fornecimento de relatório mensal sobre qualquer ocorrência, bem como assiduidade e pontualidade dos seus empregados.

4.3. O controle de frequência, embora sob a responsabilidade da empresa contratada, poderá ser solicitado pelo CONIMS/CASP AD III a qualquer tempo.

4.4. O controle da jornada de trabalho nas dependências da CONTRATANTE poderá ser efetuado por meio de sistema alternativo de controle de jornada de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DOS UNIFORMES, CRACHÁS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS

19.3. A Contratada deverá, às suas expensas, fornecer uniforme operacional completo, crachás e EPIs a todos os profissionais, sem custos aos mesmos;

19.3.1. Os uniformes deverão ser fornecidos anualmente e compostos por no mínimo:

- a) 2 (duas) Calças compridas;
- b) 2 (duas) Camisas, manga curta, com emblema da empresa;
- c) 1 (uma) Camisa, manga longa, com emblema da empresa
- d) 1 (um) par de calçado fechado (tipo coturno);
- e) 1 (Uma) Jaqueta com emblema da empresa;
- f) 1 (Um) Boné, com emblema da empresa;

19.3.2. EPI's necessários e específicos para realizar o serviço, sendo no mínimo:

- a) Kit Tonfa (Cinto, porta Tonfa em Nylon e Tonfa).
- b) Lanterna (Recarregável a bateria)

19.3.3. As plaquetas de identificação (Crachás) devem constar no mínimo as seguintes informações, nome e foto do profissional que executará o serviço e emblema da empresa.

19.3.4. Deverão ainda, fornecer Livro de Ocorrências para os registros pertinentes.

19.3.5. Todos os itens devem ser de boa qualidade e novos e respeitar a legislação vigente.

19.3.6. Todos os itens deverão ter a prévia aprovação da contratante, que poderá solicitar

substituição destes, caso os julgue inadequados;

19.3.7. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao modelo, cor ou tecido, desde que previamente aceitas pela Administração;

19.3.8. A Contratada deverá disponibilizar e exigir dos seus funcionários durante o expediente que usem os uniformes, crachás e os EPIs. Caso os funcionários, por qualquer motivo, deixem de fazer uso dos mesmos a contratada será notificada podendo sofrer as penalidades conforme item 19 deste termo de referência.

19.3.9. A empresa contratada deverá fornecer os uniformes, EPIs e crachás no prazo de até 15 (quinze) dias após a data de início das atividades de seus contratados.

CLÁUSULA SEXTA - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Os documentos deverão ser encaminhados para o CONIMS, de forma digitalizada através dos e-mails: fiscalcontratos@conims.com.br e/ou licitacao@conims.com.br.

6.2. Quando do início da prestação dos serviços, deverão ser enviados cópia dos seguintes documentos referentes aos profissionais disponibilizados para a execução dos serviços:

6.2.1. Ficha de Registro de Empregado;

6.2.2. Carteira de Trabalho;

6.2.3. Documentos Pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor e Alistamento Militar para aqueles do sexo masculino;

6.2.4. Atestado de Antecedentes Criminais com data não inferior a 6 meses;

6.2.5. Atestado de Saúde Admissional;

6.2.6. Carteira de vacinação atualizada;

6.2.7. Carteira Nacional Vigilante, dentro da data de validade;

6.3. Sempre que houver demissão, admissão, substituição de novos empregados para prestação dos serviços, encaminhar à Contratante cópia dos documentos relacionados no item 6.2 e subitens;

6.4. A contratada deverá encaminhar mensalmente os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas com os empregados disponibilizados, sendo:

6.4.1. Pagamento da remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, incluindo férias, 13º salário, bem como vale transporte e vale refeições (quando previstos na convenção coletiva), e comprovante de pagamento de todos os encargos trabalhistas, dos recibos de pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias;

6.4.2. Pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), acompanhada das respectivas guias de recolhimento, correspondentes a remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

6.4.3. Documentos da GFIP/SEFIP para o FGTS e Previdência Social, a saber: Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP – RE, Resumo do Fechamento – Empresa/FGTS, Relação Tomador/Obra – RET – resumo, comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS – Empresa e Protocolo de envio de arquivos – emitido pela Conectividade Social;

6.4.4. Regularidade fiscal, através da apresentação de: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Estadual e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;

6.4.5. Cumprimento das demais obrigações trabalhistas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Executar diretamente o contrato na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, os serviços contratados, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada;

7.2. Recrutar, selecionar e encaminhar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contadas da celebração do contrato, o quantitativo de profissionais previsto para a realização dos serviços, de acordo com as qualificações mínimas exigidas conforme legislação.

7.3. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

7.4. Responsabilizar-se pela realização dos exames admissionais e periódicos anuais dos empregados;

7.5. Realizar, às suas expensas, todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

7.6. Disponibilizar profissionais qualificados para a execução dos serviços contratados.

7.7. Manter seus empregados sempre atualizados, por meio da promoção de treinamentos e reciclagens, cursos de relações interpessoais e segurança no trabalho e participação em eventos de caráter técnico, de acordo com a necessidade dos serviços e sempre que a Contratante entender conveniente;

7.8. Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

7.9. Manter atualizado o endereço da sede da empresa ou escritório comercial, telefones e endereço eletrônico;

7.10. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas assim como todas as condições de habilitação e qualificação, inclusive: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, adimplente com encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas do objeto contratado

demonstrando situação regular no cumprimento.

7.11. Aceitar, no prazo de vigência, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;

7.12. Manter disponibilidade de mão de obra que atenda a eventuais acréscimos solicitados pela Contratante, bem como prever reposição da mesma de forma imediata, se for o caso, de modo a garantir a operação ininterrupta do serviço, seja por motivo de substituição de efetivo considerado inadequado pela contratante, por eventual ausência/falta ao serviço, férias, descanso semanal, licença, demissão, ou outras eventualidades, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

7.13. Efetuar o pagamento de salários aos profissionais até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

7.14. Fornecer aos seus empregados, até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, vale transporte e alimentação/refeição, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que seja necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;

7.15. Fica reservado à Contratante o direito de autorizar ou não eventuais substituições, devendo estas ocorrer mediante prévia comunicação formal à Contratante, de acordo com os interesses do serviço, informando os motivos e a duração das mesmas, apresentando as documentações comprobatórias e posteriormente, comprovante (contracheque), referente ao período de substituição.

7.16. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nas instalações do CONIMS.

7.17. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver causa.

7.18. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.

7.19. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

7.20. Cumprir as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

7.21. Cumprir as obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

7.22. Fornecer crachás de identificação, uniformes, EPI's e demais materiais complementares necessários para execução dos serviços, sem qualquer custo adicional a Contratante.

7.23. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e sociais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

7.24. Conceder aos seus empregados, no mínimo, os benefícios previstos na legislação

trabalhista, como também, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo;

7.25. Para os fins do disposto no contrato, a execução completa do contrato somente se caracterizará quando a Contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada;

7.26. Ressalte-se que é vedada à Contratada a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos profissionais ao recebimento mensal do valor ao contrato celebrado com a Contratante, sob pena de aplicação das penalidades previstas em contrato.

7.27. A Contratada deverá informar endereços residenciais, telefones e horários, e todos os dados para identificação e localização do vigilante indicado a executar o objeto do certame no CONIMS, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer, com antecedência mediante carta de apresentação;

7.28. A programação do serviço será feita periodicamente pela Contratante e deverá ser cumprido pela Contratada de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos serviços e das pessoas em geral.

7.29. Fica autorizada a troca de horários do regime de execução previstos no edital, quando se fizer necessário, mediante acordo entre as partes, desde que solicitado formalmente com antecedência;

7.30. Havendo necessidade de substituição (es) do (s) profissional (s) indicado (s) pela Contratada, está deverá comprovar que o (s) empregado (s) cumpra todos os requisitos habilitatórios exigidos na licitação, desde que solicitado previamente e com prévia autorização;

7.31. Fazer com que os empregados se responsabilizem pela guarda, manutenção e conservação dos utensílios, equipamentos, insumos e patrimônio colocados sob sua responsabilidade, providenciando sempre a manutenção preventiva e consertos necessários;

7.32. Orientar e cobrar dos funcionários para que mantenham disciplina nos locais de serviços, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser notificada, qualquer empregado considerado inconveniente pela CONTRATANTE, como em casos que os mesmos:

- a) Não mantenham sigilo de informações relacionadas a sua área e atividades;
- b) Não mantenham a cordialidade com os pacientes, funcionários, usuários e visitantes do CONIMS;
- c) Não cumpram as normas internas do CONIMS;
- d) Não cumpram rigorosamente as orientações pertinentes ao funcionamento da unidade recebidas pelo respectivo coordenador, responsável pela supervisão dos mesmos.
- e) E qualquer outra inexecução contratual;

7.33. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes

asseguem e demais exigências legais para o exercício da atividade;

7.34. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, insalubridade, vales transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo ou por Convenção;

7.35. Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto, ao Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;

7.36. Não sendo possível a substituição do bem desaparecido, danificado ou extraviado, a Contratante poderá autorizar o ressarcimento em espécie, promovendo previamente, nesta hipótese, a apuração do valor de mercado, atualizado, do bem, para efeito de recolhimento da importância respectiva.

7.37. Orientar seus empregados sobre a proibição de abordar empregados e/ou agentes políticos do CONIMS para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato;

7.38. Orientar seus empregados sobre o dever de zelar pela preservação do patrimônio da CONTRATANTE sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;

7.39. Orientar seus empregados a promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Consórcio, providenciando para que sejam encaminhados ao seu superior.

7.40. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

7.41. Em havendo cisão, incorporação ou fusão da empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por esta administração contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado;

7.42. Comunicar ao (CONIMS) as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

7.43. COMPETE A CONTRATADA POR SEUS AGENTES:

a) Comunicar imediatamente a Contratante, qualquer anomalia verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias;

b) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando medidas de segurança;

c) Observar as dependências do estabelecimento,

d) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e

identificadas;

- e) Controlar com rigor diariamente, inclusive nos feriados e finais de semana, a entrada e saída de veículos e de pessoas às dependências do CONIMS, anotando em documento próprio de acordo com a finalidade: o horário, o nome, identidade ou matrícula, placa do carro, local de destino e tarefa a executar.
- f) Os vigilantes deverão orientar o público visitante sobre a localização dos setores.
- g) Ao término do seu expediente, os vigilantes deverão efetuar inspeção de toda a sua área de atuação, anotando em livro próprio as observações de qualquer irregularidade verificada durante seu expediente de trabalho.
- h) Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, com aparência pessoal adequada e identificado, portando crachá com fotografia recente.
- i) Efetuar vistoria em todo o ambiente dos postos, adotando medidas de prevenção, controle e combate de delitos, zelando pela segurança das pessoas e do patrimônio, cumprindo a legislação e demais regulamentos;
- j) Quando da troca de turno, acompanhar seu substituto na vistoria do posto de trabalho, comunicando-lhe todas as ocorrências e orientações recebidas, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda.
- k) Cada vigilante deverá ter telefone celular para ligações emergenciais e possíveis contatos com seus supervisores ou responsáveis pela segurança da Contratante.
- l) Comunicar a Contratante, todo acontecimento entendido como irregular e que possa representar risco ao seu patrimônio;
- m) Controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas estranhas não autorizadas às instalações da Contratante;
- n) Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto às instalações da Contratante ou imediações que impliquem ou ofereçam risco à segurança;
- o) Realizar rondas, adotando as providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- p) Manter-se no posto, não devendo afastar-se de seus afazeres, principalmente atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (CONIMS)

- 8.1.** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas, exceto se houver atraso motivado pela CONTRATADA;
- 8.2.** Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento pela CONTRATADA do objeto;
- 8.3.** Comunicar a CONTRATADA, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas;
- 8.4.** A CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário;

8.5. Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessária a regularização das faltas ou defeitos observados;

8.6. Prestar as informações e os esclarecimentos a CONTRATADA necessário ao cumprimento dos serviços.

CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA

9.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 dias, contados a partir da data de assinatura, **ou até que o Contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 036/2021 seja firmado, o que ocorrer antes, podendo ser rescindido o contrato a qualquer tempo**, conforme regularização da situação que deu origem a este processo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas correrão por conta da dotação orçamentária nº 01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076 e 03.001.10.302.0002.2.003.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

11.1. A Contratada deverá emitir Nota Fiscal de Serviços, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.

11.2. A Nota Fiscal de Serviços deverá ser emitida detalhando a competência e os itens conforme contrato.

11.3. No caso de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deve-se cadastrar o e-mail: contabilidade@conims.com.br para envio automático no ato de sua emissão.

11.4. As retenções efetuadas na Nota Fiscal são de responsabilidade da emitente, cabendo ao CONIMS apenas a conferência.

11.5. Em caso de erros na emissão da Nota Fiscal de Serviços a mesma deverá ser substituída ou anulada, conforme o caso, em no máximo 24 horas de sua emissão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VENCIMENTO E PAGAMENTO

12.1. O vencimento se dará até o 05º (quinto) dia útil do mês posterior relativos a competência dos serviços prestados.

12.2. O pagamento ocorrerá até seu vencimento, em moeda corrente nacional, na conta corrente **PESSOA JURÍDICA NO MESMO CNPJ CONTRATADO**. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado através de Ofício ao Setor de Tesouraria deste CONIMS.

12.3. O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

12.4. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos serviços contratados e recebidos pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços deste CONIMS.

12.5. Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

12.6. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

12.7. A contratada deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, o contrato será interrompido, ressalvado o direito dos serviços já prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS

13.1. Não será admitida revisão anual do contrato.

13.2. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. O valor pactuado poderá ser revisto por acordo entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando risco econômico extraordinário e extracontratual.

14.2. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis,

bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. A contratada deverá submeter-se ao acompanhamento e a fiscalização promovidos através do representante da contratante (fiscal de contratos), quando da execução do contrato, tendo por este anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

15.2. A fiscalização poderá se dar a qualquer momento inclusive sem a necessidade de aviso prévio a contratada.

15.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONIMS, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, que não implicarão corresponsabilidade do CONIMS ou do servidor designado para a fiscalização.

15.4. Ocorrendo a não aceitação dos serviços executados, por qualquer motivo, o Gestor do Contrato notificará a CONTRATADA para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação, proceder à regularização.

15.5. Ao CONIMS não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços executados considerados inadequados.

15.6. As comunicações entre CONIMS e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PENALIDADES

16.1. Ao prestador que, sem justa causa, não cumprir com suas obrigações contratuais ou qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

16.1.1. Advertência.

16.1.2. Multa de mora ou punitiva, cumulativas ou não, sem prejuízo da apuração de perdas, danos sofridos e/ou suportados pelo CONIMS:

16.1.2.1. Nos casos em que houver atraso injustificado na execução do serviço licitado, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, sobre o valor do item constante da nota em atraso, respeitado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) diários, na forma do artigo 86 da Lei 8.666/1993.

16.1.2.2. Nos casos em que o atraso na entrega do serviço licitado for superior a 15 (quinze) dias, o CONIMS poderá rescindir o contrato do fornecedor vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, respeitado o mínimo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

16.1.2.3. Multa de 0,2% (zero virgula dois por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de inexecução parcial ou total, desde que a multa não fique em valor inferior a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), quando será penalizado com este valor.

16.1.2.4. Multa punitiva de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação total no caso de recusa em celebrar /assinar o instrumento de contratação, em valor não inferior a R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais) e não superior a R\$ 3.000 (três mil reais).

16.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONIMS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em decisão fundamentada da autoridade competente.

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CONIMS, que será concedida sempre que o fornecedor registrado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO

17.1. O CONIMS poderá considerar rescindido o contrato, de pleno direito, mediante notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado:

17.1.1. Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Edital de Pregão, ou infringir qualquer disposição do Contrato, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/1993, e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à contratado direito a qualquer indenização.

17.1.2. Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do serviço.

17.1.3. Verificada qualquer infração do contrato por parte da contratada.

17.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

17.1.5. Caracterizada a hipótese de inexecução total ou parcial das condições de serviço ora estabelecida.

17.1.6. Quando houver a existência de 03 (três) reclamações por escrito, garantido o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

17.1.7. Não estar com a Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, com situação regular no cumprimento.

17.1.8. Proceder a eventual cobrança de qualquer valor excedente.

17.2. A rescisão contratual pode ser:

17.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/1993.

17.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

17.2.3. Nos casos de rescisão contratual ou término do contrato o pagamento será realizado após o fechamento da última competência em até sessenta dias.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco/PR.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco/PR, ____ de _____ de 2021.

(Representante da Contratada)

Contratada

(Representante da Contratante)

Contratante

Testemunhas: